



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013528-79.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Denúncia Vazia**
 Requerente: **Sanloberto Nicolette**
 Requerido: **Giovana Amorim Oelkers Bonini e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Sanloberto Nicolette propôs ação de despejo cumulada com ação de cobrança de aluguéis e encargos locatícios contra Giovana Amorim Oelkers Bonini, Richardd Peter Oelkers Bonini com base no descumprimento de contrato de locação pelas partes rés locatárias, e objetivando que o provimento condenatório recaia também sobre Walter Oelkers, a parte ré fiadora.

As partes rés foram citadas e não contestaram (fls. 46).

É o relatório

Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, II, do CPC, diante da revelia operada. Tendo em vista a revelia, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora, em conformidade com o disposto no art. 344 e 345 do CPC.

A ação é procedente uma vez que, com a revelia, presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial, de modo que, não havendo pagamento dos aluguéis, impõe-se a rescisão do contrato com o consequente despejo, bem como a condenação das partes rés ao pagamento dos aluguéis e encargos locatícios impagos.

Ante o exposto, julgo procedente a ação, resolvendo o mérito na forma do art. 487, I CPC, e DECRETO o despejo das partes rés locatárias em relação ao imóvel descrito na inicial, concedendo o prazo de 30 dias para desocupação voluntária, dispensada a caução para execução



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

provisória (art. 9º c/c art. 64, parte inicial, Lei nº 8.245/91); CONDENO as partes rés, solidariamente, a pagarem à parte autora os aluguéis vencidos e não pagos até a data da efetiva desocupação, com incidência de multa de 10%, além da correção monetária pelo IGPM e juros moratórios de 1%, ambos desde cada vencimento; CONDENO as partes rés, solidariamente, nas custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor da condenação acumulada até a prolação da presente sentença.

A intimação pessoal das partes rés a respeito desta sentença é desnecessária, pois, nos termos do art. 346 do CPC: *"Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos, fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial"*.

Transitada em julgado: a) quanto ao despejo, expeça-se mandado de notificação para desocupação voluntária e, não havendo a desocupação no prazo de 30 dias, despejo; b) quanto à condenação à obrigação de pagar quantia, proceda-se na forma do art. 523 e 524 do CPC observando-se o disposto no art. 917 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), devendo o advogado da parte autora visando dar início à referida fase processual, ingressar no serviço de peticionamento eletrônico de 1º grau, disponibilizado no portal do **e-Saj** e, através da opção **"Petição Intermediária de 1º Grau"**, após digitar o número do processo principal, selecionar o item **"Execução de Sentença"** no campo **"CATEGORIA"** e, em **"TIPO DA PETIÇÃO"**, indicar a opção **"156-Cumprimento de Sentença"**. Na tela seguinte deverá informar os nomes das partes que irão compor os seus polos respectivos (exequente e executado). Esse procedimento dará ensejo à criação, pelo sistema SAJ, do **Cumprimento de Sentença** propriamente dito e que receberá numeração própria, formada pelo número do processo principal, acrescido da sequência "/00001". A partir daí, todo peticionamento a esse propósito deverá ser obrigatoriamente direcionado ao **"Cumprimento de Sentença"**, que somente poderá ser acessado através da **"Petição Intermediária de 1º Grau"**, na janela que se abrirá no portal do **e-Saj**, após a digitação do número do processo principal e deverá ser sempre na modalidade de "Petições



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diversas", no campo "Categoria", e não mais nos autos principais, cuja fase se encerrou com a formação do título judicial (e-Saj/Peticionamento Eletrônico 1º Grau/Petição Intermediária 1º Grau/**Selecionar Processo** (Cumprimento de Sentença)/**Categoria (Petições Diversas)**, e também não mais "Execução de Sentença", eis que já criado o referido incidente).

P.I.

São Carlos, 21 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**